

UMA SÍNTESE SOBRE O EXPANSIONISMO GEOPOLÍTICO JAPONÊS E SUA RELAÇÃO COM O “TRIÂNGULO DO PETRÓLEO”¹

Floriano Filho

Jornalista formado pela Universidade de Brasília e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, também da UnB, com foco no tema “empréstimos japoneses para a China, paradoxo geopolítico ou escolha racional”? Realizou estágios do doutorado nas Universidades de Tóquio - Instituto de Ciência Social, com bolsa da Fundação Japão, e Johns Hopkins - *School of Advanced International Studies*. Concluiu mestrados em Telejornalismo, com bolsa da CAPES (*Columbia University*, Nova Iorque, 1991), e em Políticas de Comunicação, com bolsa *Chevening* (*The University of Westminster*, Londres, 2001). Foi pesquisador (*fellow*) no Congresso dos Estados Unidos (*Fulbright-American Political Science Association*) e na Universidade de Oxford (*Reuters Foundation-Reuters Institute for the study of Journalism*). Foi ainda pesquisador-estudante nas universidades de Tsukuba e Hitotsubashi (1991-93) com bolsa Monbukagakusho.

Resumo

O estratégico acesso ao suprimento de petróleo foi determinante para o ataque japonês a Pearl Harbor em 1941. Por outro lado, sua escassez foi decisiva para o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, muito antes daqueles episódios paradigmáticos, o Japão, especialmente quando acelerava freneticamente seu processo modernizador e industrializante, concluiu que era fundamental ter acesso a recursos naturais que permitissem o seu desenvolvimento autônomo. Como resultado foram travadas seguidas guerras que garantiram a soberania dos japoneses frente às potências imperialistas Ocidentais do século XIX, em meio ao chamado “triângulo do ópio”, que trouxe guerras e grandes prejuízos financeiros à China. Apesar de ser um país insular com poucos recursos naturais, o Japão foi capaz de abandonar um isolamento de mais de duzentos anos naquele século e de estruturar um amplo sistema informacional, de infraestrutura logística e de transações financeiras e comerciais de alcance global. Para compensar seus déficits comerciais bilionários com a importação de petróleo, o país desenvolveu uma indústria exportadora de alto valor agregado dando origem ao que Sugihara denominou de “triângulo do petróleo”.

Palavras-chave

“Triângulo do Petróleo”, “Triângulo do Ópio”, Industrialização e modernização do Japão, Era Meiji, Imperialismo e Expansionismo, Nacionalismo, Recursos Naturais, Segunda Guerra Mundial.

¹ - Este artigo, escrito a convite da Fundação Japão, servirá de base para um dos capítulos da tese de doutorado do autor a ser defendida na Universidade de Brasília (UnB).

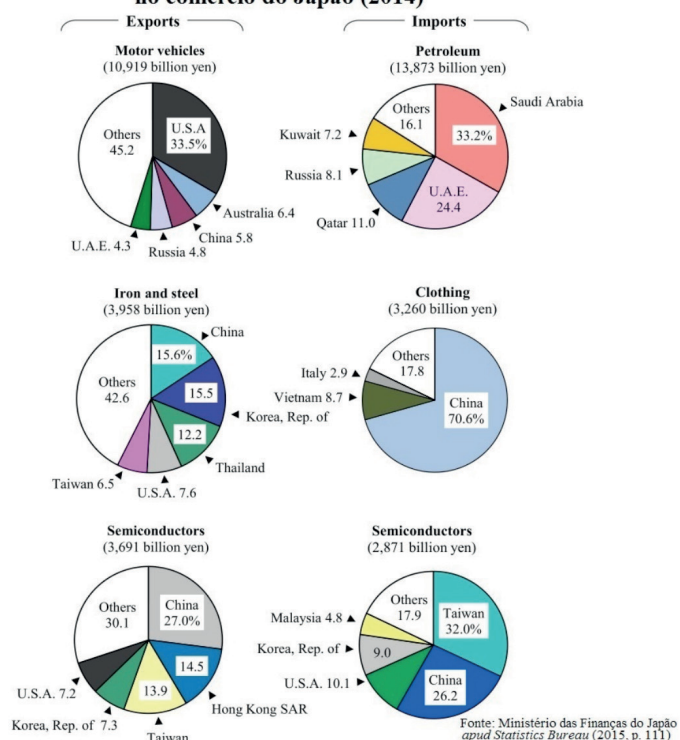
Embora Yergin (1993, p. 351) afirme que a dependência das importações de petróleo e de outras fontes primárias de energia constitua o “calcanhar de Aquiles” do Japão, a complexa estratégia japonesa para superar a escassez de recursos minerais em geral e energéticos em particular tem impacto global. Sobretudo a partir das crises nos anos 70 decorrentes da Guerra de *Yom Kippur*², de forma a continuar assegurando as importações de petróleo, principalmente do Oriente Médio, e, crescentemente, de carvão e gás liquefeito de petróleo (GLP), cujo maior fornecedor atual é a Austrália. No caso do GLP, outros grandes exportadores para o Japão são Malásia, Qatar, Brunei, Emirados Árabes e Indonésia³. Ao mesmo tempo, a estratégia mundial japonesa busca garantir suas exportações de produtos industrializados, como automóveis e eletroeletrônicos para os Estados Unidos, Europa e outras regiões do planeta. É a forma a compensar os déficits comerciais no setor energético que pressionam negativamente o balanço de pagamentos do país.

Desde a primeira crise do petróleo em 1973, os japoneses adotaram uma série de medidas estruturais para lidar com o desafio (SUGIHARA, 1993, p. 6). Entre elas, o estímulo a parques industriais menos intensivos no uso energético como o de semicondutores, automotivos ou eletroeletrônicos, em comparação com os tradicionais setores siderúrgicos, de alumínio ou de cimento. Outra aposta foi na energia nuclear, posta em cheque após o acidente de Fukushima. De outro lado, foram envidados esforços diplomático-comerciais para diversificar os mercados fornecedores de petróleo.

Ainda assim, por diferentes razões estruturais e circunstanciais vinculadas ao mercado internacional de energia primária (petróleo, gás e carvão), o Japão não conseguiu reduzir consideravelmente sua pesada dependência em relação às importações de petróleo e gás do Oriente Médio. Entretanto, teve sucesso em desenvolver tecnologias avançadas que lhe garantiram termos favoráveis de troca no comércio internacional com países daquela e de outras regiões.

Os déficits comerciais bilionários em importações de energia primária que os japoneses acumularam anualmente ao longo de décadas eram, e ainda são, compensados pela exportação de produtos industrializados com alto valor agregado. Em paralelo a essa relação comercial, montaram-se outras compensações financeiras triangulares com demais regiões do planeta, envolvendo tanto os Estados Unidos como a União Europeia, mas também outros destinos que pudessem absorver entre si petrodólares, produtos industrializados, *commodities* ou armamentos.

Principais commodities e bens industrializados no comércio do Japão (2014)



2 - Em 1973, a Guerra de Yom Kippur durou quase três semanas em outubro. Ironicamente no dia do perdão em Israel, Egito e Síria lançaram um ataque surpresa, avançando pela Península do Sinai. Entre os principais objetivos da empreitada estava o de recuperar territórios anexados por Israel após a Guerra dos Seis Dias. Além da própria Península, egípcios e sírios queriam retomar a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, as Colinas de Golã e, sobretudo, o Canal de Suez, passagem estratégica do petróleo do Golfo Persa para a Europa.

3 - The Institute of Energy Economics, 2016.

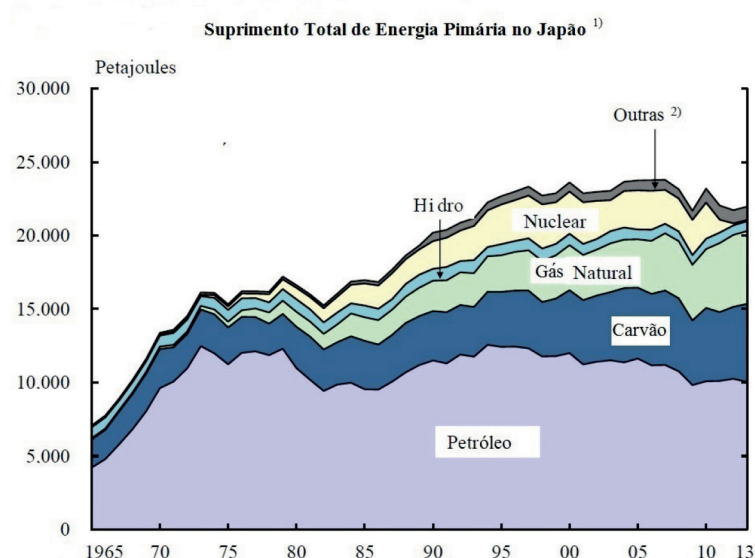
Foi o que Sugihara chamou de “triângulo do petróleo”. Após o Japão, a Coreia do Sul, em menores proporções, e a China, em maior escala e com características distintas em relação aos dois vizinhos asiáticos, também começaram a desenvolver suas respectivas estratégias para garantir o acesso global aos recursos minerais energéticos, não necessariamente seguindo ao longo de todo o processo o paradigma dos “gansos voadores” (*gankō keitai*)⁴ (AKAMATSU, 1962). Partindo-se da perspectiva japonesa, essas triangulações tiveram profundo impacto não só sobre as cadeias regionais e globais de valor agregado, mas também sobre os desdobramentos que se produziram no contexto militar e de segurança internacional.

Inspirado na abordagem de *longue durée*⁵, este artigo não pretende responder de maneira exaustiva, com base na estrutura educacional e social do Japão, por exemplo, como um país insular com poucos recursos naturais foi capaz de abandonar um isolamento de mais de duzentos anos no século XIX e de estruturar um amplo sistema informacional, de infraestrutura logística e de transações financeiras e comerciais de alcance global? Em particular, neste caso, para atingir seus objetivos de segurança energética, mesmo tendo sido em grande medida destruído após a Segunda Guerra Mundial.

O que se busca aqui é apenas salientar duas estruturas de triangulação comercial em torno de produtos que em seus respectivos períodos históricos se transformaram nas principais *commodities* para acumulação de capital em nações imperiais ou hegemônicas nas relações internacionais. Esses sistemas foram desdobrados em eventos históricos e transformaram o curso do desenvolvimento e das políticas decisórias do Japão. Mais adiante tiveram relevantes impactos nas estruturas globais de comércio, finanças e cadeias tecnológico-produtivas, mesmo depois que o imperialismo expansionista japonês foi interrompido com o desfecho da Segunda Guerra Mundial.

Um dos argumentos apresentados neste artigo correlaciona tais desenvolvimentos às redes logísticas e de informações amadurecidas durante o período de expansionismo imperial do Japão, que foi motivado, por um lado, pela ameaça de domínio por parte das nações imperialistas ocidentais (tese do nacionalismo), e por outro, pela necessidade de garantir o acesso a recursos naturais (minerais, energéticos e alimentares) que garantissem o próprio “espaço vital” (*lebensraum*)⁶ japonês (tese do determinismo econômico).

O *lebensraum* japonês, porém, que também buscava a estabilidade no acesso a recursos naturais com vistas a



4 - Teoria metafórica proposta por Akamatsu Kaname para explicar o padrão de desenvolvimento industrial de países com economias menos avançadas, a partir das formas em “V” invertido das séries históricas de importação, exportação e produção desde 1870 até a Segunda Guerra Mundial.

5 - Conceito criado por Fernand Braudel para abordar estruturas ou acontecimentos históricos que transcorrem no longuíssimo prazo. Um dos que utilizou a metodologia em sua teoria do “Sistema-Mundo” foi o sociólogo neo-marxista Immanuel Wallerstein.

6 - Expressão criada pelo geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel no campo geografia política que se refere ao “espaço vital” ou território para sobrevivência, aplicadas ao colonialismo agrário patrocinado pela Alemanha e outros países. As ideias de Ratzel influenciaram os controversos conceitos de “determinismo ambiental” e

garantir as seguranças alimentar e energética, começara bem antes da Segunda Guerra Mundial, ainda que, pode-se argumentar, como reação aos mais de dois séculos de isolacionismo japonês que fragilizavam o país face a impérios ocidentais. Assim, deu-se início a um processo centrífugo de dominação territorial, começando por ilhas do oceano Pacífico que circundavam o arquipélago japonês, que chegaria ao mais importante vizinho japonês – a China.

Para compreender as implicações de tais relações, é necessário voltar no tempo, não só para aquilatar a determinante geológica da escassez de recursos naturais, mas também para explorar condicionantes geopolíticas e econômico-financeiras que influenciaram o processo desenvolvimentista e imperialista japonês, com desdobramentos em várias regiões do planeta. Um desses fatores condicionantes é o desequilíbrio do balanço de pagamentos causado especialmente pelo déficit comercial em torno de *commodities* que geraram grandes fortunas e também guerras de enormes proporções, alterando o curso das relações internacionais. Nas seções abaixo, serão expostos eventos que impactaram o paradigma do desenvolvimento japonês no contexto de sua relação com outras nações-chave, em função de duas *commodities* em particular. Em meados do século XIX, o ópio. A partir do fim do século XIX até a Segunda Grande Guerra, o petróleo, como que a prenunciar os grandes desafios que se apresentariam ao Japão sobretudo a partir dos anos 70.

A ameaça do imperialismo ocidental no Extremo Oriente e a reação japonesa

Em 1672, os ingleses, por meio da Companhia das Índias Orientais, conseguiram estabelecer um posto comercial em Taiwan – dez anos após a Companhia homóloga dos holandeses ter sido expulsa, e mais de cem anos depois dos portugueses terem obtido dos chineses direitos territoriais em Macau, em 1557 ⁷. Da China, os comerciantes britânicos tinham grande interesse na compra de chá, seda e porcelana, que eram vendidos com bom lucro na Inglaterra. Entretanto, como inicialmente não havia produtos ingleses que interessassem aos chineses, exceto a prata, o déficit comercial inglês continuava crescendo, impactando cada vez mais negativamente o balanço de pagamentos britânico. Como resultado, a disponibilidade de prata para realizar os pagamentos foi escasseando.

Até que os britânicos vislumbraram em um produto misturado pelos holandeses no tabaco chinês por volta de 1680 a possibilidade de equilibrar o saldo comercial entre os dois países. O ópio produzido na mais importante colônia inglesa de então, a Índia, virou um bem altamente lucrativo. No final dos anos 1830, já havia se tornado a *commodity* mais valiosa do século XIX ⁸. Estava assim consolidado o “triângulo do ópio”, cujo mecanismo Sugihara (1993, p. 2) comparou ao “triângulo do petróleo”, e pelo qual os gastos com as exportações chinesas para os ingleses eram compensadas pelo ópio produzido na Índia e exportado para a China. Fechavam o circuito os tecidos e outros bens manufaturados que a Inglaterra exportava para os indianos.

Entre 1790 e 1832, durante a dinastia *Qing*, o comércio de ópio na China cresceu vertiginosamente, como observado por Porter (2001) e Spense (1999), e gradualmente anulou e reverteu o resultado da balança comercial, passando a gerar déficits comerciais milionários para os

“darwinismo social”, que embasaram aspectos de polêmicas teorias sobre eugenia, por exemplo.

7 - *Help for Researchers, British Library*. Disponível em:

<<http://www.bl.uk/reshelp/findhelpregion/asia/china/guidesources/chinatrade/>>. Acesso em: 25/11/2016.

8 - Holt (1964, p. 37)

chineses⁹. Desta forma, além de viciar milhões de chineses no narcótico, o ópio começava também a dizimar as finanças da China.

Em meados do século XIX os europeus já não estavam sós na dominação de novos territórios e mercados na Ásia. Muito antes do ataque a *Pearl Harbor*, o Japão teve um encontro decisivo com os Estados Unidos por meio da atuação do Comodoro Matthew Perry, da marinha norteamericana, já no final do shogunato (*bakufu*) Tokugawa, que coincidiu com os últimos anos do período Edo (*bakumatsu* ou 幕末). Em face da dominância colonial do Ocidente sobre a Ásia, sobretudo da Inglaterra e da França, cabia ao militar estadunidense proteger e facilitar as rotas de comércio marítimo entre os Estados Unidos e o continente asiático, sobretudo com a China.

Uma necessidade premente para os navios militares e da marinha mercante norteamericana eram postos de abastecimento de combustível. Naquela altura, o carvão ainda era a principal fonte de energia para as fornalhas que alimentavam os motores dos navios. Em 1853, quando o único porto do Japão aberto aos estrangeiros era o de Nagasaki, Perry ancorou em Uraga, antiga cidade portuária na Baía de Tóquio, pronto para o confronto se fosse necessário – a “*gunboat diplomacy*”, como ficou conhecida na política internacional. As ameaças resultaram, no ano seguinte, na assinatura da Convenção de Kanagawa, pela qual o Japão passou a garantir o direito de abastecimento a navios norte-americanos e a receber um cônsul dos EUA em território japonês. Assim, impunha-se aos japoneses aquilo que ficaria conhecido internacionalmente como “tratado iníquo”, impondo tarifas assimétricas no comércio, algo que os chineses conheciam bem.

O ópio também foi utilizado como ferramenta político-diplomática em relação ao Japão. Segundo Wakabayashi (2000, p. 62), tendo visto o retalhamento territorial e imposições comerciais desfavoráveis à China, era uma prioridade japonesa evitar que o narcótico, também utilizado como medicamento, chegasse de forma descontrolada ao solo nipônico. O cônsul norteamericano no Japão, Townsend Harris, argumentou que a única forma de evitar que os ingleses também introduzissem o ópio em território japonês seria assinando o Tratado Harris, também conhecido como Tratado de Amizade e Comércio. Pelo documento, o Japão concordava em abrir ao comércio, além dos portos de Shimoda e Hakodate, os de Kanagawa, Nagasaki, Niigata e Hyogo¹⁰.

Essas e outras interferências externas foram recebidas com alarme no arquipélago que se mantivera por cerca de duzentos e trinta anos em isolamento (*sakoku* ou 鎖国). A sociedade profundamente hierarquizada do Japão viu sua soberania colocada em risco, ainda mais quando se descobriu o que o imperialismo ocidental fizera na China. Criou-se no shogunato Tokugawa¹¹ uma cisão entre os que argumentavam a favor da abertura ao Ocidente e os que defendiam a expulsão dos *gaikokujin*. Os *daimiôs* feudais se colocaram contra a política de portas abertas ao comércio internacional com nações imperialistas, notadamente Inglaterra, França, Holanda e EUA. Foi lançada a campanha *sonnō jōi*, ou 尊皇攘夷, de reverência ao Imperador e expulsão dos “bárbaros”.

Após a restauração Meiji, que derrubou o shogunato em 1868, impuseram-se como prioridades máximas a segurança e a defesa nacionais. A política nacionalista de *fukoku kyōhei* (“enriquecer o país, fortalecer o exército”) enfatizou os objetivos do Japão de desenvolver economicamente o país para alcançar as potências ocidentais e aumentar sua força militar para garantir sua existência como nação independente.

9 - Idem, p. 64.

10 - Rines (1920, v. 26, p. 727).

11 - As lutas feudais do Japão atingiram o ápice na Batalha de Sekigahara em 1600, quando o poder central foi entregue a Tokugawa Iyeyasu. Oficialmente o shogunato Tokugawa foi encerrado em 1868, após a Guerra Boshin. Como desfecho foi restaurada a figura do imperador como símbolo central do poder nacional, na pessoa do então jovem Meijiten'nō.

Na perspectiva nacionalista e geopolítica, por exemplo, uma das explicações propostas para as guerras que mais tarde o Japão iria travar com a China (1894-5) e com a Rússia (1904-5) teria sido impedir que a Coreia, tradicionalmente submetida à condição de vassalagem à China, fosse usada por outra potência imperialista, utilizando-a como ponta de lança para ameaçar a segurança do Japão.

O expansionismo japonês a partir do fim do século XIX – segurança nacional ou acesso a recursos naturais?

Após o que ficou conhecida no Ocidente como a Primeira Guerra Sino-Japonesa¹², uma declaração formal japonesa de soberania ocorreu em 1879 em relação às ilhas Ryukyu, sob objeção da China (MAN-HOUNG; LIN, 2006). O Tratado de Shimonoseki¹³ de 1895 fragilizou ainda mais a já debilitada dinastia *Qing*, que, para pagar as reparações da guerra, viu-se submetida a uma dívida pública pela primeira vez. Os chineses ratificaram não só a ocupação das ilhas, mas também cederam Taiwan e as ilhas Pescadores, que se tornaram colônias japonesas naquele mesmo ano. E ainda, o estratégico *Port Arthur*, na valiosa província chinesa de Liaodong. No entanto, a Intervenção Tripla de Alemanha, França e Rússia obrigou o Japão a devolver a península de Liaodong à China. O confronto antecipou a guerra que o Japão iria travar dez anos mais tarde com a Rússia.

Não era a primeira vez que os japoneses aportavam em Taiwan, até então sob domínio chinês, uma vez que haviam ocupado parte do arquipélago entre os séculos XII e XV¹⁴. A ocupação, quase trinta anos depois da modernizadora Restauração Meiji de 1868, perdurou por cerca de cinco décadas, até o final da Segunda Guerra Mundial. Outras ilhas, como Iwo Jima e Bonin também foram anexadas, dando início à chamada doutrina expansionista que caracterizou a Restauração Meiji.

Taiwan teve papel pioneiro na campanha de acultramento ou japonização, conhecida na língua japonesa como *kōminka*, cuja primeira etapa era colonizar por meio do ensino da língua (*kokugo undō*). Em seguida vinham o programa de troca de nomes próprios chineses por japoneses (*kaiseimei*) e o sistema de “voluntariado” (*shiganhei seidō*), pelo qual os taiwaneses empenhavam sua lealdade ao imperador, inclusive para fins de guerra, sendo alistados no exército imperial japonês (CHING, 2001, p. 92). Essa profunda transformação cultural foi acompanhada pela obrigatoriedade do ensino primário e por grandes obras de infraestrutura como rodovias, ferrovias e sistema sanitário. Isto facilitou a industrialização da ilha e serviu de plataforma para a expansão territorial do império japonês. A quantidade disponível de recursos minerais disponíveis no arquipélago taiwanês, que incluíam volumes limitados de petróleo, carvão, gás natural, prata, cobre e mármore e, não eram suficientes para atender à demanda do complexo militar-industrial do Japão que se tornava crescente na medida em que se acelerava a modernização e industrialização japonesa.

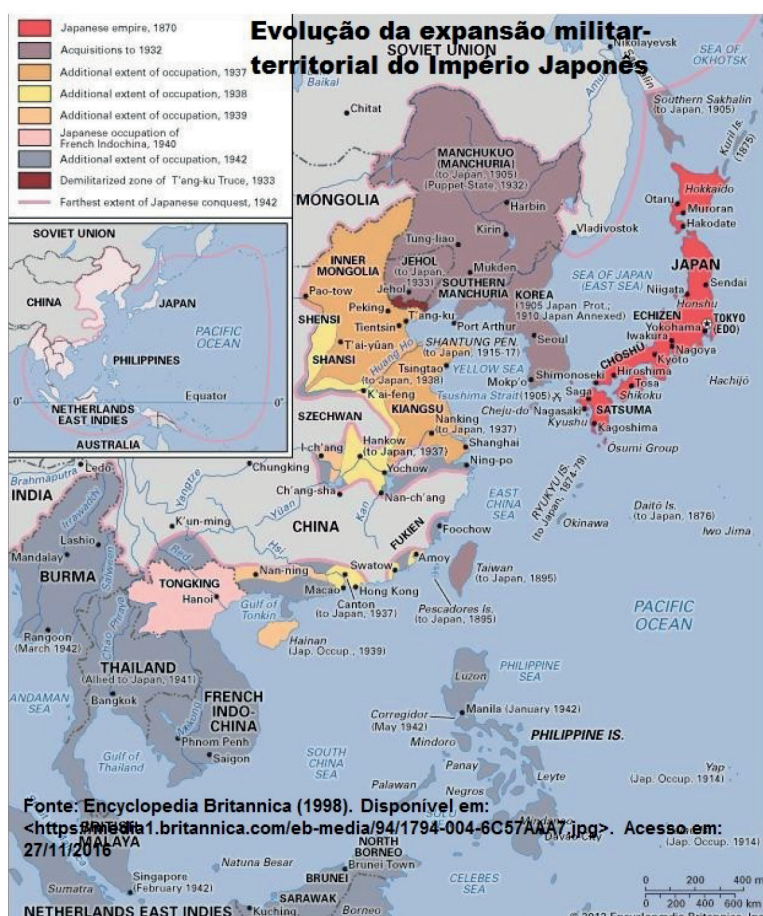
12 - Na verdade, o primeiro conflito Sino-Japonês sobre o qual há registro histórico ocorreu em solo coreano de 660 a 663 e ficou conhecido como a Batalha de Baekgang ou Hakusukinoe, em japonês. Ela foi travada entre as forças de restauração de Baekje, um dos reinados feudais da Coreia, e seu aliado, o exército japonês da era Yamato, contra as forças aliadas de Silla (outro reinado feudal coreano) com exércitos da dinastia Tang na antiga China, que venceram o conflito. Posteriormente, também houve as invasões mongóis no Japão durante o século XIII; as invasões de Toyotomi Hideyoshi na Coreia no final do século XVI e as sucessivas batalhas com as forças Ming; a Guerra Sino-Japonesa (1894-5); e o conflito iniciado em 1931 e escalado até o fim da Segunda Guerra Mundial (cf. OGURA, 2015, p. 188).

13 - A posição geográfica de Shimonoseki, cidade portuária com Estreito de mesmo nome e próximo ao Estreito das ilhas de Tsushima, entre o Japão e a Coreia do Sul, teve importância histórica. Especialmente com o bombardeio de Shimonoseki por exércitos imperiais do Ocidente em 1864.

14 - Li e Molina (2014).

O complexo processo que levou à derrota da China pelos japoneses começara séculos antes como consequência também do expansionismo europeu vinculado, entre outros fatores, a interesses financeiro-comerciais, industriais, culturais e militares. Essas complexas e transformadoras relações inspiraram estudos sobre imperialismo por parte de pensadores como Hobson (1902), Lênin ([1917] 1939) e Schumpeter (1951). Seus escritos foram esmiuçados e criticados posteriormente por vários autores que discutiram, entre outros aspectos, as relações entre imperialismo, capitalismo, desenvolvimento e inovação, classes sociais e raças.

Hobson e Lênin produziram interpretações diferentes sobre o imperialismo moderno, especialmente em relação à inevitabilidade, na avaliação leninista, do expansionismo extraterritorial para compensar o subconsumo gerado pela acumulação material que cria distúrbios sociais no seio das nações imperialistas. Para Hobson, a expansão imperial e as guerras por ela causadas poderiam ser evitadas a partir do papel compensador do Estado, seja por meio de legislação mitigatória, estabelecendo programas como de seguro desemprego ou de assistência social, ou por meio de políticas redistributivas de renda, como aumento do salário mínimo ou restrição do trabalho infantil, por exemplo.



Ambos analisaram o fenômeno do ponto de vista econômico sem, entretanto, alienar as condicionantes políticas no processo decisório. Como explicado por Gordon (2003), Hobson apontou o capital excedente no país de origem como força motriz do imperialismo em busca de investimentos lucrativos nos mercados estrangeiros. O economista e cientista social inglês, crítico do imperialismo, alegava que tal sistema não fazia sentido como política nacional de negócios, por conta das enormes despesas militares e administrativas. Desta forma, “os fortes interesses industriais e financeiros organizados” encontravam maneiras de repassar tais despesas para o público em geral.

Para Lênin, o imperialismo era o “estágio monopolista do capitalismo”, cujas características incluíam a concentração da produção e do capital em monopólios, a fusão do capital bancário e industrial, a exportação de capital, a repartição do mundo entre as grandes empresas e a divisão de territórios do mundo entre as grandes potências capitalistas. Lênin também enfatizou que a necessidade de obtenção de matérias-primas levou os capitalistas a ocupar diferentes colônias (1939, pp. 82-84, *apud* GORDON, 2003). Como Hobson, Lênin argumentava que o excedente de capital seria exportado a outras civilizações para maximizar os lucros. No entanto, em contraste com a visão de Hobson de que o problema do capital excedente poderia ser resolvido pela redistribuição do poder de compra dentro do

próprio país de origem, Lênin acreditava que a miserável condição das massas e a subsequente expansão imperialista pelos países capitalistas eram inevitáveis (GORDON, 2003).

Aplicadas tais teorias ao caso do Japão, entre 1894 e 1910 havia um número reduzido de grandes conglomerados privados – os *zaibatsu* – que ganharam crescentemente um influente poder econômico (GORDON, 2003). Entre eles, grupos como Mitsui, Mitsubishi e Sumitomo tinham mais de 200 anos. Premido pela necessidade de modernização e industrialização (*shokusan kougyou*), inclusive para fins militares, o governo do imperador Meiji confiou a tais grupos concessões de minas de carvão e de plantas industriais, particularmente nos setores siderúrgico e naval, de forma a constituir a indústria de base do país. Cada *zaibatsu* também possuía um banco, mas a parcela dos cinco maiores bancos dos empréstimos era de apenas 17% do mercado total em 1910, segundo Nakamura (1983, p. 207, apud GORDON, 2003), o que não respalda exatamente a análise de Lênin sobre monopólios de capital financeiro como característica essencial do imperialismo, pelo menos até 1905, quando o Japão recebeu os territórios na Manchúria anteriormente concedidos aos russos. Naquela altura, a agricultura, a silvicultura e a pesca ainda eram as atividades econômicas dominantes de um país ainda em desenvolvimento. A preponderância dos *zaibatsu* se deu mais proximamente e no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

Ainda que refutados por acadêmicos como Stokes (1969) e Etherington (1982), Fieldhouse (1961) e Eckstein (1991), entre outros, concluíram que existe uma teoria Hobson-Lênin que enxerga nas determinantes econômicas causas precípua do colonialismo ocidental no fim do século XIX –, debate obscurecido pelo antagonismo das narrativas comunistas e anticomunistas, antes, durante e depois da Guerra Fria.

Em direção intelectual distinta, o também economista e cientista social Schumpeter (1951) foi além do determinismo econômico, ao retratar o caráter atávico do imperialismo na estrutura social e nos hábitos individuais e psicológicos da reação emocional¹⁵. Assim também, a análise de Winslow (1948) identificou falácias nas interpretações econômico-deterministas do imperialismo, inclusive a de que a obtenção de recursos como petróleo e minérios seria a motivação básica do imperialismo¹⁶.

Ao interpretar as possíveis explicações para o imperialismo japonês, Gordon (2003) argumenta que a teoria do nacionalismo oferece as melhores explicações para o expansionismo do Japão entre 1894 e 1905. Segundo ele, as guerras e ocupações coloniais japonesas se deveram às preocupações com a segurança nacional; aos comportamentos imperialistas das potências ocidentais; e aos ideais nacionais japoneses fundados nas características individuais de sua população. O nacionalismo como teoria imperialista é o que autores como Cohen¹⁷ e Mommsem¹⁸ chamam de “*power politics*” (política de poder) ou que Brown¹⁹ e Gilpin²⁰ conceituam como “mercantilismo”. Em linhas gerais, a teoria nacionalista enfatiza o papel no qual um Estado maximiza seu poder, prestígio e riqueza em relação a demais nações. Para Gilpin²¹, os nacionalistas enfatizam a segurança e o sentimento nacionais na dinâmica política e econômica internacional.

15 - (CONROY, 1966, p. 336).

16 - Idem.

17 - (1973, p. 231 apud GORDON, 2003).

18 - (1980, p. 74 apud idem).

19 - (1974, p. 26 apud ibidem).

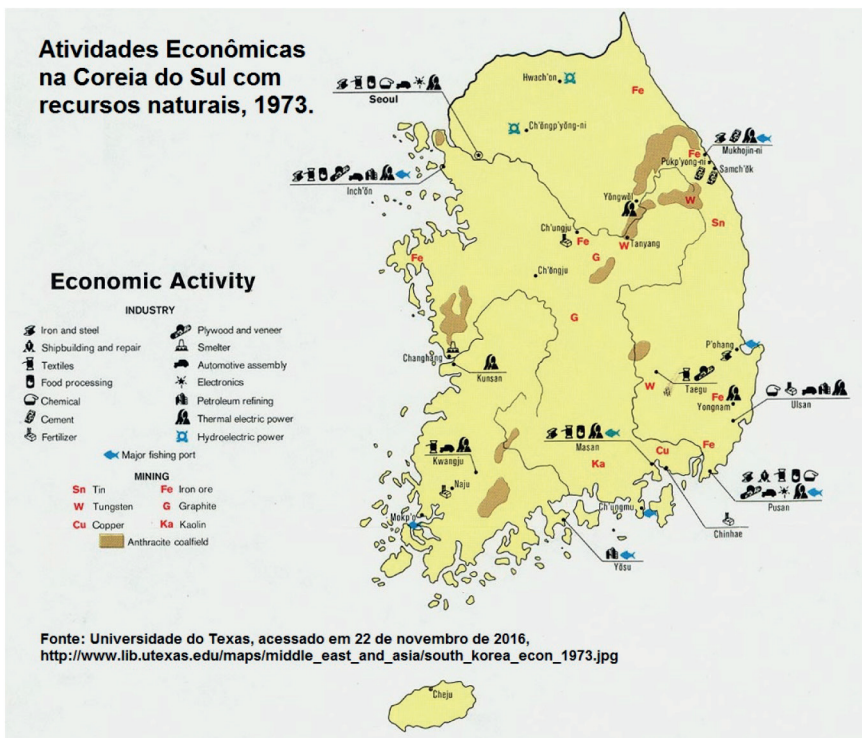
20 - (1975, p. 27, apud ibidem).

21 - Idem, p. 31.

Pode-se argumentar que o modelo de colonização adotado pelos japoneses em Taiwan se enquadre na teoria nacionalista, como descrito acima, e tenha servido como padrão nos avanços japoneses na Ásia continental em direção aos próprios territórios de civilizações com as quais o Japão possuía relações econômicas e culturais milenares. Porém, tendo em vista o desenvolvimento da infraestrutura e de atividades econômicas que permitissem a exploração e industrialização de recursos naturais extraterritoriais, como documentado ostensivamente em filmes premiados da PBS e BBC ²², a segurança militar também passou, com especial ênfase a partir de 1905, a ser estrategicamente acoplada às seguranças alimentar e energética, em especial na Coreia e na China.

Em agosto de 1910, o ministro da Guerra Terauchi Masatake se tornou o primeiro governador-geral da Coreia após a assinatura de um tratado dispondo sobre a anexação da península que revogou tratados anteriores, também considerados desiguais pelos coreanos. Assim, removia-se, nas palavras de um conselheiro geopolítico prussiano, o major Klemens Meckel, a adaga apontada para o coração japonês (DUUS, 1976, p. 125). A ocupação japonesa da Coreia, que interrompeu a relação de suserania de oito séculos

entre aquela península e a China, garantiu aos japoneses, além do acesso às produções agrícolas que ajudavam a alimentar a população japonesa, contar com reservas de carvão e minério de ferro tão necessárias ao crescimento industrial e militar do Japão da era Meiji. O mapa acima indica as principais regiões onde havia disponibilidade desses recursos em 1973, ainda que elas não estivessem todas sendo exploradas quando o Japão ocupou a península coreana na primeira década do século XX.



22 - A série de documentários da PBS “The Pacific Century: The Emergence of Modern Pacific Asia” foi transformada em telecurso por Frank B. Gibney e Mark Borthwick e está disponível em <http://www.pacificcentury.org/videos>. Outra série filmográfica realizada pela PBS e BBC que documenta fatos de grande relevância histórica é “People’s Century: 1900 – 1999”, cujos episódios estão disponíveis em <http://www.pbs.org/wgbh/peoplescentury/episodes/>.

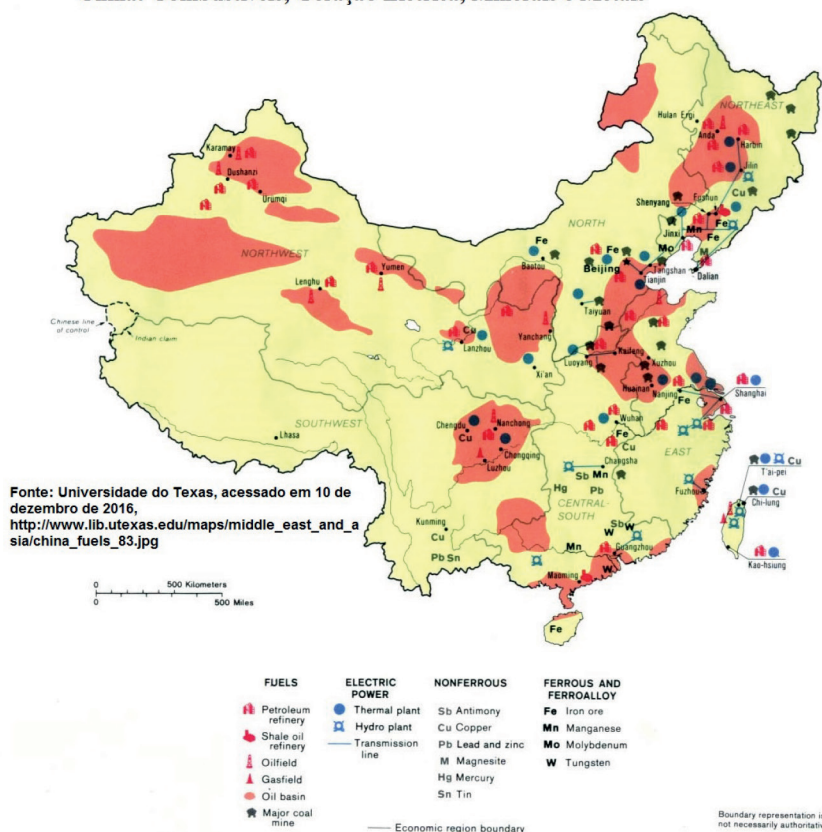
Se Taiwan e Coreia foram plataformas fundamentais para o expansionismo japonês após a Guerra Sino-Japonesa terminada em 1895, o potencial do desenvolvimento de recursos naturais e atividades econômicas foi tremendamente ampliado após a guerra entre os impérios do Japão e da Rússia em 1904-5. Hoje Shenyang, capital da província chinesa de Liaoning, Mukden foi um dos palcos da guerra na qual o Japão, surpreendentemente, derrotou o exército imperial russo. Ao final, o Tratado de Portsmouth, mediado por Theodore Roosevelt, garantiu aos japoneses, além das ilhas Sakalinas e do reconhecimento do domínio japonês sobre a Coreia, a posse e uso da linha entre Changchun e Lüshun. Changchun, capital e maior cidade da província de Jilin, no nordeste chinês, é contemporaneamente conhecida como a Detroit da China por conta da sua pujante indústria automobilística. Ao lado dos EUA e da Ucrânia, tem uma das maiores plantações de milho do mundo. Além disso, consideradas as necessidades energéticas do Japão, é rica em petróleo e carvão, e detentora de uma rede férrea construída entre o fim do século XIX e início do XX, tornando-se um estratégico corredor logístico entre várias partes do nordeste asiático. No outro extremo da ferrovia, na ponta da Península de Liaodong, estava o porto de Lüshun, chamado Porto Arthur quando ainda estava sob o domínio russo.

A vitória na guerra contra os russos também garantiu ao destacamento de Kwantung, maior e mais prestigiado agrupamento do exército imperial japonês, o domínio sobre um grande território ao redor da Ferrovia da Manchúria do Sul que fora entregue pelos chineses à Rússia sob o regime de concessão em um dos vários “tratados iníquos” que a China assinou com diferentes impérios coloniais ao longo do século XIX. A região, então sob o domínio japonês, viria nos anos 30 a constituir uma considerável parte do estado fantoche de *Manchuko*.

Breves considerações relacionadas com a Segunda Grande Guerra

A Segunda Guerra Mundial foi indubitavelmente um ponto de inflexão global sob distintos aspectos. Um deles, o energético. As grandes potências imperialistas do planeta, já haviam iniciado desde a primeira década do século XX a conversão dos combustíveis de seus navios e submarinos do carvão para o petróleo. Mas, como observado por Stalin ao fazer um brinde a Winston Churchill, aquela, ainda mais do que a primeira, era uma guerra mundial de motores e octanagem (YERGIN, 1993, p. 382). Assim, a disponibilidade sobretudo de petróleo foi decisiva para a continuidade e desfecho do confronto multipolar.

China: Combustíveis, Geração Elétrica, Minerais e Metais



O crucial acesso ao suprimento de petróleo, por exemplo, foi determinante para o ataque japonês em 1941 a *Pearl Harbor*, na ilha de Oahu. Entretanto, o bombardeio, que causou mais de duas mil mortes e a destruição de navios norte-americanos ancorados no conhecido porto do Havaí, não explodiu os tanques de petróleo da base militar. Este lapso na operação militar se tornou crítica para os desdobramentos durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente na região da Ásia-Pacífico.

A estratégia japonesa do ataque em Oahu era debilitar uma provável reação norteamericana à tomada do controle de então colônias europeias e dos EUA no sudeste Asiático. Ao tempo em que lançaram os ataques a *Pearl Harbor*, as bem armadas e organizadas tropas japonesas ocuparam, após derrotar exércitos coloniais, Hong Kong, Cingapura, Filipinas, as ilhas de Wake e Guam, Tailândia, Malásia e o maior prêmio em termos petrolíferos, as Índias Orientais, que mais tarde viriam a constituir, em sua maior parte, a Indonésia. A conquista desses países e territórios caminhava a passos largos num momento em que os palcos da guerra pareciam favoráveis aos países do Eixo.

Um dos principais objetivos dessa expansão imperial era assumir poços de petróleo, refinarias e as rotas oceânicas entre o sudeste Asiático e Sumatra e Borneo, partes das antigas Índias Orientais Holandesas, que produziam petróleo comercializado pela Shell e outras petrolíferas. Entre os alvos estava o complexo petrolífero e portuário de Balikpapan, em Borneo, localizado numa região também rica em madeira e em outros minérios, como carvão, níquel e diamantes.

O desfecho da Segunda Guerra Mundial significou para o Japão, não só a perda de suas colônias ultramarinas, mas também a completa revisão de sua política de desenvolvimento, a começar pela reforma constitucional, capitaneada pelo SCAP (*Supreme Commander for the Allied Powers*), o comandante supremo das forças aliadas, general Douglas MacArthur. Ele liderou a ocupação do Japão até 1951, ano da assinatura do Tratado de São Francisco, quando os japoneses recuperaram sua soberania e ganhou asas o chamado “milagre econômico” do Japão, que teria sido inviável sem o “triângulo do petróleo”.

Referências

- AKAMATSU, K. A historical pattern of economic growth in developing countries. **Journal of Developing Economies**, v. 1, n. 1, p. 3–25, 1962.
- BROWN, M. B. **The Economics of Imperialism**. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.
- CALDWELL, M. A. **Petroleum Politics in Japan: State and Industry in a Changing Policy Context**. Madison: The University of Wisconsin, 1981.
- CHING, L. T. S. **Becoming “Japanese”: Colonial Taiwan and the Politics of Identity Formation**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2001.
- COHEN, B. J. **The Question of Imperialism: The Political Economy of Dominance and Dependence**. New York: Basic Books, 1973.
- CONROY, H. Lessons from Japanese Imperialism. **Monumenta Nipponica**, v. 21, n. 3/4, p. 334–345, 1966.
- DUUS, P. **The rise of modern Japan**. Boston: Houghton Mifflin, 1976.
- ECKSTEIN, A. M. Is There a “Hobson-Lenin Thesis” on Late Nineteenth-Century Colonial Expansion? **The Economic History Review**, v. 44, n. 2, p. 297–318, 1991.
- ETHERINGTON, N. Reconsidering Theories of Imperialism. **History and Theory**, v. 21, n. 1, 1982.
- FIELDHOUSE, D. K. “Imperialism”: An Historiographical Revision. **The Economic History Review**, v. 14, n. 2, p. 187–209, 1961.
- GILPIN, R. **U.S. Power and the Multinational Corporation: The Political Economy of Foreign Direct Investment**. New York: Basic Books, 1975.
- GORDON, B. **Explanations of Japan’s Imperialistic Expansion, 1894-1910**. Disponível em: <<http://wgordon.web.wesleyan.edu/papers/imperialism.htm>>. Acesso em: 4 dez. 2016.
- HOBSON, J. A. **Imperialism: A Study**. New York: James Pott & Co, 1902.
- HOLT, E. **The Opium Wars in China**. New York: Putnam & Co., 1964.
- LENIN, V. **Imperialism, the Highest Stage of Capitalism**. New York: International Publishers, [1917] 1939.
- LI, X.; MOLINA, M. **Taiwan. Oil: A Cultural and Geographic Encyclopedia of Black Gold, Volume 1**, 2014. (Nota técnica).
- MAN-HOUNG, L.; LIN, B. M. The Ryukyus and Taiwan in the East Asian Seas : A Longue Duree Perspective. **The Asia-Pacific Journal**, v. 4, n. 10, 2006.
- MOMMSEN, W. J. **Theories of Imperialism**. New York: Random House, 1980.
- NAKAMURA, T. **Economic growth in prewar Japan**. New Haven: Yale University Press, 1983.

- OGURA, K. **Japan's Asian Diplomacy: a Legacy of Two Millennia**. Tokyo: International House of Japan, Inc., 2015.
- PORTER, A. **The Oxford History of the British Empire: Vol III: The Nineteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- RINES, G. E. **Harris, Townsend**, *Encyclopedia Americana*, p. 726, 1920. (Nota técnica).
- SCHUMPETER, J. **Imperialism and Social Classes**. Cleveland, Ohio: The World Publishing Company, 1951.
- SPENSE, J. D. **The Search For Modern China**. New York: W.W. Norton & Company Inc., 1999.
- STOKES, E. Late Nineteenth-Century Colonial Expansion and the Attack on the Theory of Economic Imperialism: A Case of Mistaken Identity? **The History Journal**, v. 12, n. 2, 1969.
- SUGIHARA, K. Japan, the Middle East and the world economy: a note on the oil triangle. In: SUGIHARA, K.; ALLAN, J. A. (Eds.). **Japan in the contemporary Middle East**. London and New York: Routledge, 1993. p. 191.
- THE INSTITUTE OF ENERGY ECONOMICS (ED.). **EDMC Handbook of Japan's & World Energy & Economic Statistics**. Tokyo, Japan: The Energy Conservation Center, 2016.
- WAKABAYASHI, B. T. From Peril to Profit: Opium in Late-Edo to Meiji Eyes. In: BROOK, T.; WAKABAYASHI, B. T. (Eds.). **Opium Regimes: China, Britain, and Japan, 1839-1952**. Oakland, CA: University of California Press, 2000. p. 456.
- WINSLOW, E. M. **The Pattern of Imperialism: A Study in the Theories of Power**. New York: Columbia University Press, 1948.
- YERGIN, D. **The Prize: the epic quest for oil, money, and power**. New York: Simon & Schuster, 1993.